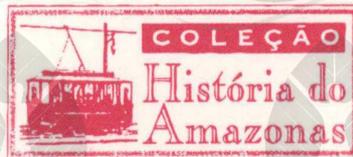


Robério Braga

# Manáos

1870

FUNDAÇÃO LOURENÇO BRAGA



Memória da Cidade 2

31.11  
13m



MANÁOS - 1870



**ROBÉRIO BRAGA**

**MANÁOS - 1870**

**Coleção HISTÓRIA DO AMAZONAS**  
**Memória da Cidade 2**

**Fundação Lourenço Braga**  
**Manaus - 1997**

*Am  
981.11  
B813 m*

**Copyright** ©1997 Fundação Lourenço Braga

**Revisão:** Robério Braga

**Capa:** Óscar Ramos.

**Editoração:** Editora Manaus

A F Suano da Silva

Rua dos Cravos, casa 07 – Conjunto Tiradentes - Aleixo

Fone: (092) 644-2410

**Edição de agosto de 1997, 328º ano da Fundação de Manaus**

**Ficha catalográfica**

Elaborada pela Editora Manaus

Braga, Robério dos Santos Pereira, 1951-

Manáos: 1870/Robério dos Santos Pereira Braga.

Manaus: Fundação Lourenço Braga, 1997.

15 p. 21 cm (Coleção História do Amazonas.  
Memória da cidade, 2)

1. Manaus (cidade) - História I. Título.

CDD 981.2

CDU 981(811.31)

**Impresso no Brasil**  
**Printed in Brasil**

MANÁOS 1870

BRAGA, ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA

B813m  
TOMBO:

AM981.11  
008317

1870.

Nascera dom José Fernando Francisco Maria Gabriel Raphael Gonzaga, no ano anterior, e o conde D'Eu continuava no Paraguai. Morrera o visconde de Inhaúma, eleito deputado geral pelo Amazonas, sendo substituído pelo dr. Leonel Martiniano de Alencar, único candidato apresentado (1). No Senado, após a rejeição do reconhecimento da eleição de Ambrósio Leitão da Cunha, procedeu-se a novo pleito, em que foi novamente escolhido o próprio Barão de Mamoré, finalmente designado pelo Imperador (2).

Leonel era filho de José Martiniano de Alencar, nascido no Rio de Janeiro, formado em direito pela Academia de São Paulo em 1853, diplomata e escritor, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não tinha relações com a Província do Amazonas.

Manaus era ainda modesta, todos a recla-

marem de que o custo de vida na capital da Província era elevado. O culto à religião era extremamente valorizado. Era bispo dom Antônio de Macedo Costa, e pároco de Manaus o padre e doutor José Manoel dos Santos Pereira (3), vigário geral, cuja presença era ressaltada pelo presidente da Província:

**“... A presença desse ilustrado sacerdote tem levantado do abolimento moral e material o culto divino, que tanto havia sido esquecido nesta capital...”(4)**

O Seminário, fundado em 1848, era a escola básica e continuava atuando apesar das graves dificuldades. O Liceu mal começara a funcionar e o Estabelecimento dos Educandos prosperava com seis oficinas de aulas de música. A escola dos Educandos e Artífices era considerada básica para o ensino profissional e tudo devia ser feito para dotá-la de condições plenas de fun-

cionamento. Desta forma, por edital público, comprava-se:

**“açúcar grosso, gráudo, azeite doce, brim de linho, café moído, carne verde, cartas de ABC, canetas, dedais de aço, feijão branco, farinha fresca, ilhós, querosene, latas de graxa, manuscritos de Ventura, manteiga inglesa, novelos de linha, óleo de linhaça e de amêndoa doce, pirarucu seco, pão de seis onças, pavios, papel almaço, sabão preto, sebo de Holanda, tapioca, taboadas, tinta para escrever, velas, vassouras”.**(5)

O asilo N. S. da Conceição tinha sido instalado no ano anterior para cuidar do ensino para mulheres, pelo padre Santos Pereira. Teve breve duração porque mantido por recursos públicos que foram escasseando diante dos compromissos do governo com as obras de urbanização da capital.

Em meio ao clima ainda ameno para os moradores tradicionais do lugar, e sem estrutura de atenção médica hospitalar, as doenças que mais atingiam a população eram a angina, disenteria, febre catarral, febre intermitente e febre amarela.

A obra da Matriz era impulsionada, bem como a do Palácio Provincial, enquanto os atos sacros eram realizados na igreja dos Remédios,

recomposta, e que vinha servindo de matriz desde 1857. Estava mais espaçosa, mais clara e arejada. A Assembléia, onde as disputas políticas cresciam, se transferira para o prédio de José Antônio Barroso. Ruas eram calcetadas e as rampas da Praça da Imperatriz finalmente eram concluídas.

Os vereadores de Manaus, cuja importância excedia os dias de agora, porque inclusive empossavam o presidente da Província e presidiam as eleições gerais, viam a Câmara instalada em casa alugada e procuravam vencer a monotonia do tempo buscando prestar serviços pela lei de posturas e pela iniciativa de obras necessárias como a do curro.

Cabia à Câmara decidir sobre os pedidos de naturalização em que o interessado declarava a nacionalidade, local de residência e religião para dar cumprimento à lei de 3 de outubro de 1832, arts. 1º e 3º, do que sempre se publicava edital.

As pequenas ruas e pontes, algumas de madeiras, os muitos becos e vielas não tinham ainda merecido iluminação e mesmo as ruas amplas ainda careciam de melhoramento. Pouco depois seria implantada a iluminação pública da capital, embora já estivesse contratada desde 5 de junho de 1869, com 60 lampeões a querosene em colunas de madeiras de 12 palmos, com luz igual a de 5 velas de espermacete, que seriam acesos meia hora depois do pôr-do-sol, menos nas noi-

tes de luar em que ficariam só até meia hora depois da saída da lua.

A Província representava, pela território então conhecido, 1/4 do Império, para cuja ocupação reclamava-se processo de colonização, mas os recursos financeiros de ordem pública já estavam comprometidos e não podiam responder isoladamente pela tarefa. A dívida ativa era de 61.798 \$ 417. A passiva de 838\$291.

Era preciso ampliar a fiscalização federal na região. Para tanto foi instalada a Alfândega em 27 de março de 1869 e seus primeiros frutos começavam a aparecer.

1870, 8 de junho.

Exonerado da presidência da Província o comendador João Wilkens de Mattos (6), e vago os cargos dos seus primeiros substitutos, assumiu o poder o 3º vice-presidente, major Clementino José Pereira Guimarães, nele permanecendo por dois meses até a posse do novo titular, coronel José de Miranda da Silva Reis, nomeado a 27 de abril de 1870 (7)

No Seminário, a conter os alunos, estimular o ensino religioso e a educação formal estava o padre e doutor Frederico Catani. Entre tantos, preparando-se para os embates do futuro, figuras que comporiam a vida provincial com repercussão social, como Silvério José Nery, Antônio

Guerreiro Antony, Joaquim Gonçalves de Azevedo, João Coelho de Miranda, Joaquim Pedro Nolasco, Antônio Nery, Raymundo Nunes Salgado e Nuno Cardoso, prestando os exames exigidos, e alguns deles premiados e beneficiados com bolsas de estudo pagas pelo governo provincial. Nas obras públicas, o doutor Leovigildo Coelho (8) procurando transformar a cidade na proporção das possibilidades da época e responder às necessidades de edificações pelo interior, e notadamente, nas fronteiras.

As rendas públicas pareciam entrar em processo de florescimento, deixando naqueles primeiros meses do ano saldo em caixa de 181:861\$165, com poucas contas a pagar.

Na Inspetoria da Saúde estava o doutor João Pedro Maduro da Fonseca, que procurava identificar os problemas sanitários da capital. Surgia a Biblioteca Pública da Província, inaugurada a 19 de março de 1871, como que a transpirar o desejo de crescimento cultural do povo, especialmente da elite que começava a se formar, vinda de outras regiões.

A fé católica era imposição bem aceita. Os missionários atuavam em muitos lugares, sob as ordens de Frei Samuel Mancini, a cuidar da pacificação dos índios pela catequese dos padrões daquele tempo, hoje inteiramente rejeitados. Todos concordavam que tudo se devia fazer para ocupar o solo amazonense, problema que até hoje

é representativo nos projetos de governo. Para vencer o vazio demográfico cogitava-se da imigração dos ingleses a cargo de uma missão dirigida pelo doutor Daniel Woolf.

O juiz doutor Miguel Gomes de Figueiredo não tinha muito trabalho, salvo pela necessidade de cadeias, problema grave em toda a Província. A justiça acionava o Tribunal do Júri para cujo funcionamento foram sorteadas em Manaus 17 pessoas, todas do sexo masculino, porque às mulheres ainda não era cometido participar de tais decisões. Entre eles, Manoel dos S. Guimarães, José Pedro Paraguassu, Pedro Henrique Cordeiro, Aristides José Correia, Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, Nuno Alvares Pereira de Mello Cardoso, Aprígio de Menezes, José Ignácio Rodrigues do Carmo.

O recém-instalado Vice-Consulado da Espanha, dirigido por Rogélio A. Garcia, cuidava de matricular os súditos espanhóis aqui residentes; afinal era preciso conhecer os seus nacionais, como viviam, que pendores tinham, em que condições chegaram, embrenhados no mundo tropical.

No comércio vendia-se de tudo. Lojas especializadas e farmácias mesclavam seus produtos e os anunciavam pelos jornais, da forma mais natural e direta. Eram mercadorias de todos os tipos e procedências: regionais, nacionais e estrangeiras. Havia charutos de Havana a 5\$000 o

cento, queijos frescos a 3\$400, bacalhau a 280 réis a libra, carne seca de Óbidos a 320 réis, charutos de nova Granada, tabaco de Borba. Um certo Miguel de Lucas vendia polpas de tamarino; já na casa Guerreiro, sita na Praça da Imperatriz, podiam-se comprar charutos de marcas reconhecidas, como Guanabara, Flor Imperial, Suspiros, e também o tabaco da terra, produto tipo exportação, e, em molhos, o bom tabaco de Irutuia. Na casa comercial de José Vitorino & Comp., a cerveja custava 10\$000 a dúzia. O Souto oferecia repolhos em conserva, batata a 6\$000 a arroba e cebola a 12\$000. A casa de Mesquita, na rua do Imperador com a Travessa Formosa, tinha à venda objetos para desenho. Chitas, estreitas e largas, açúcar, cebola e **muitos outros objetos que seria enfadonho especificar...** estavam à venda na nova loja do Sardinha, na rua do Imperador, em frente à casa do major Marcellino.

Da mesma maneira, comercializavam-se, por venda ou aluguel, escravos negros, de diferentes raças e aptidões várias, geralmente de prendas domésticas. Os preços variavam, na forma dos editais: uma peça de homem, de 36 anos, sem ofício, valia 1:200\$000; uma de mulher, de 30 anos, grávida, custava 1:300\$000; outra peça de homem, de 19 anos, podia ser adquirida por 1:200\$000.

Assim, vendiam-se, de mistura, secos e molhados, escravos, produtos de alta moda, como

chapelinhas **ricamente adornadas** para senhoras. Anunciava-se a biografia, com foto, do recém-falecido general Gurjão e até armas do Rio Branco estavam à venda na casa de Manuel de Mesquita Bastos. Enquanto isto, os **aguadeiros** - tão bem estudados por Mário Ypiranga Monteiro (10) - vendiam a 120 réis seus potes d'água.

A roda **chic** da cidade tinha também o seu deleite, desfrutando de variedade de artigos de forma mais ampla que anos depois. Usava cambraia, lisa e fina, **coks enfeitados e singelos**, cintos com laço, botinas de cano alto para senhoras, de marca inglesa, próprias para polimento, leques de sândalo e de osso, vendas, chitas inglesas, espartilhas brancas e de cores, chapéu de sol, chapéu de pêlo, casimira preta, **palitots** alpaca, porcelanas, metal para chá, de preferência os vendidos na casa de Antônio Joaquim da Costa & Irmão, **os verdadeiros barateiros**, em cujos armazéns se podiam comprar também secos e molhados.

Era esta elite que estudava inglês, francês e espanhol, quase todos na classe da rua Brasileira com a travessa da Conceição.

Francisco Antônio Monteiro Tapajós, com olaria organizada desde os idos de 1853, vendendo telhas a 120\$000 o milheiro, tijolos para ladrilho a 120\$000 e tijolos de alvenaria, tubulares, tipo ingleses, a 100\$000, esforçava-se também por formar os filhos, dos

quais pelo menos três alcançaram fulgurante expressão.

Para atender diretamente o povo, tinham consultórios médicos, instalados na rua do Imperador, David Canavarro e João Pedro Maduro, que anunciavam serviços médicos, inclusive cirurgias - **alta e pequena como sejam as dos dentes**. Na rua de Henrique Martins, 8, ficava Apriégio Martins de Menezes, que fazia consultas e visitas grátis para os pobres. As farmácias porfiavam nos anúncios. Tínhamos a drogaria de José Maria de Barros, que colocava ao dispor da população xaropes diversos como o do bosque Penedo, hyppophosphito de cal, depurativo de Chable, iodureto de ferro, casca de laranja, quina, jurubeba, além de pílulas de jurubeba, ferruginosa, purgativa, açucaradas, depurativa e bálsamo homogêneo simpático, entre outras medicinas.

Já eram praticados os cuidados com a vacinação preventiva, realizada toda quinta-feira na Enfermaria Militar, sob a responsabilidade do dr. Maduro.

Os anúncios eram pitorescos. Proclamavam novidades, denúncias, mudança de endereço, viagens rápidas e longas, furto de canoa, fuga de escravos, compras para o governo; havia o anúncio de Gil Braz de Mattos como armador - **quer fúnebre, quer de festejos** - instalado na rua Espírito Santo, 9, mesclado com a venda de cal

em barricas, tábuas de cedro, bilhas e moringas para água, folhinhas Laemmert para 1871, a mil réis (sempre barato), tábuas de acapu, marupá, cedro, toucas de cambraia e botões de seda para vestidos.

Destacado, o anúncio da casa **Ville de Paris** convidava os clientes a conhecerem as novidades vindas da Europa, **o mais bem escolhido e combinado sortimento de chapéus para homens**, chapéus de pêlo, castor, seixos de palha da Itália, inclusive para crianças, merinó e seda, chapéus-de-sol ingleses, que **tudo venderá sem reservas de preços**, porfiando com o Centro Comercial Amazonense, na Praça Tamandaré, de Jorge Teixeira de Souza & Cia., que comercializava fazendas, perfumarias, miudezas, obras de ouro (jóias), objetos para consultório, demonstrando ingressar no mercado como forte comerciante.

Os serviços advocatícios de Miguel Gomes de Figueiredo podiam ser tomados na Travessa da Matriz, 13, onde **pode ser procurado para os misteres de sua profissão** no horário das 9 às 3 da tarde. Como advogados funcionavam também, no Júri, de forma dativa, Aprígio Martins de Menezes, Clementino José Pereira Guimarães e João Antônio Pará.

É interessante ver que abertamente se podiam anunciar empréstimos particulares, como um de até 2:000\$000, mas, naturalmente por caute-

la, não se referia abertamente onde tomá-los, devendo o interessado dirigir-se à redação do jornal para obter as informações necessárias.

A cidade parecia não ter grandes diversões. O Ateneu de Artes funcionava em sessão mensal, secretariado por Raimundo Pereira da Silva Lobo; a Sociedade Harmonia Amazonense tinha função com certa regularidade, tendo como secretário Henrique Brandão d'Amorim, mas é possível que pesquisa mais apurada consiga descobrir a vida **caliente** daqueles anos. Na casa de Eduardo José de Souza anunciava-se a realização, sábado, 7 horas, bem na Travessa da Imperatriz, de um Quino **admissível e estimulável jogo [...] distração inocente**, ao qual acorriam muitos moradores. Era um jogo de cartões com números, em que para ganhar era preciso fazer cinco pontos, tipo bingo.

Veza por outra, em frente ao Palácio, a banda dos Educandos apresentava-se, como sucedeu em outubro de 1870, em que chegou a executar, inclusive, valsa composta por dona Virgilina Marçal, filha de Marçal Gonçalves Ferreira, dividida em três partes que mereceu do *Comércio do Amazonas* muitos elogios concluídos com a conclamação a que compreendessem que

**“o que levamos dito não são incensos queimados no altar mas tão somente um tributo pago ao mérito e ao amor pelas artes”.** (11)

Para ampliar a diversão e a difusão cultural, foi organizada a Sociedade Dramática Particular Recreio Amazonense, na rua das Flores, residência de Marcellino de Manãos Rosa, da qual ele foi o Secretário.

Já surgiam as prisões arbitrárias e a voz da imprensa reagia, como o caso da autoridade policial que mantinha preso, há quinze dias, um indivíduo sem nota de culpa. O jornal reagia:

**“...É bom que a autoridade competente syndique este fato, que julgamos da maior importância...”** (12)

É curioso ver que o cidadão, de livre vontade, podia modificar o próprio nome e disso dava notícia à população. É o caso de Marcellino G. Rosa pernambucano, filho de José Marcellino da Rosa, comerciante na terra de Gilberto Freyre, que passava a assinar-se Marcellino de Manãos Rosa, desde 16 de setembro de 1870.

Ao lado do noticiário da Europa e da guerra, as notas de libertação de escravos no Ceará e em França começavam a surgir, quase sempre mandados publicar pelo coronel Leonardo Ferreira Marques, depois barão de São Leonardo, e os elogios ao senador Francisco José Furtado, há pouco falecido, reproduzidos na *Semana Ilustrada*, bem como os estudos sobre catequese dos índios da lavra de Couto de Magalhães.

As disputas políticas firmavam-se também pela imprensa. De um lado *O Catechista*, de outro o *Comércio do Amazonas*, ora anunciando a concessão de privilégios a George E. Church por 50 anos para a construção da estrada de ferro do Madeira, as listas de passageiros dos vapores, como os protestos pela concessão de terras no local Santa Rosa, pelo vice-presidente, o barão de Manaus, porque beneficiariam seu sobrinho Thomaz Luís Sympson, bem como proclamando a chegada triunfal dos Voluntários da Pátria. Outra hora eram os atos da Câmara e seus editais inclusive para a venda de uma cabra e uma mula, presas, sem que o dono tivesse comparecido para pagamento das multas determinadas pelas leis de posturas municipais.

Pelas suas páginas conhecemos os editais do juiz de órfãos e ausentes e major da Guarda Nacional, José Antônio de Andrade Barra e as de Leovegildo Coelho como juiz comissário do perímetro de Manaus, para vendas de terras urbanas. Neste aspecto já se pronunciavam inúmeros problemas inclusive com repercussão na produção agrícola local.

No Cemitério de São José, a capela tinha sempre função para as missas fúnebres. As fronteiras eram inspecionadas regularmente e o 3º Batalhão de Artilharia de Linha era dirigido, no fim do ano, pelo tenente-coronel Floriano Peixoto (13).

A província exportava, de forma significativa, algodão, borracha, cacau, carajuru, café, castanha, charutos, couro de peixe-boi, couro de veado, couro de boi, cumaru, estopa, guaraná, mixirica, óleo de copaíba, ovos de tracajá, piassaba, pirarucu, salsa, representando 13:261\$435 de impostos e 138:625\$605 de preço oficial, só em julho de 1870.

O governo local arrecadou 488:188\$512 o que, deduzida a parcela de saldo, representava 54:870\$035 menos que o exercício anterior. Tais condições permitiam o pagamento regular das contas públicas, apesar da arrecadação modesta de

6:692\$415 da dívida ativa. Nesta época os impostos eram cobrados na boca do cofre, especialmente o imposto de indústrias e profissões, mediante comunicação por edital.

Tudo parecia tomar vulto a favor do desenvolvimento da Província e de sua capital. Mas era mesmo ainda um lugar a requerer melhoramentos de toda a ordem, procurando formar uma elite, atraindo viajantes e **descobridores** do seu interior, sacrificando seu povo natural, apegado ao desejo de ser grande e próspero. E tudo foi lentamente sucedendo na recolhida cidade em busca de fazê-la, desde então, bela e majestosa.

## NOTAS

- (1) Doutor Leonel Martiniano de Alencar exerceu um único mandato, este pelo Amazonas, até 1872.
- (2) Ver a respeito. *O Amazonas no Senado do Império*. Robério Braga. Fundação Lourenço Braga. 1996.
- (3) O Padre José Manoel dos Santos Pereira nasceu na Bahia. Presbítero secular, mestre em Teologia, formado pela faculdade Gregoriana de Roma, foi professor no Ginásio Baiano, vigário de Manaus e vigário geral da Província do Amazonas. Pretendeu ser deputado geral pelo Amazonas e teve que defender seus direitos em 1878, no Rio, sem conseguir êxito.
- (4) *Relatório do presidente da Província João Wilkens de Mattos*, de 25 de março de 1870, p. 721. Manaus.
- (5) in *Jornal Comércio do Amazonas*, de 22 de setembro de 1870. Manaus. Coleção do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.
- (6) Ver a respeito *João Wilkens de Mattos*. Robério Braga. Fundação Lourenço Braga. 1996.
- (7) Coronel José de Miranda Reis nasceu no Rio de Janeiro em 1824 e faleceu em 1903. Serviu na guerra do Paraguai, foi presidente da Província do Amazonas em 1870, e presidente do Mato Grosso em 1872. Galgou o posto mais elevado do Exército, chegando a Marechal em 1892.
- (8) Ver a respeito. *Joaquim Leovegildo de Souza Coelho*. Robério Braga. Fundação Lourenço Braga. 1996.
- (9) Ver a respeito. *A abolição da Escravatura Negra no Amazonas*. Robério Braga, in ACERVO, Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 1984.
- (10) Ver a respeito. *O Aguadeiro*. Mário Ypiranga Monteiro. Imprensa Oficial. Manaus, 2ª edição.
- (11) in *Jornal Comércio do Amazonas*, Manaus, 16 de outubro de 1870. Coleção do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.
- (12) in *Jornal Comércio do Amazonas*, Manaus, 20 de outubro de 1870. Coleção do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.
- (13) Ver a respeito *Floriano Peixoto em Manaus*. Robério Braga. Fundação Lourenço Braga. 1996.

## NOTA BIOGRÁFICA

Robério dos Santos Pereira Braga nasceu em Manaus a 14 de agosto de 1951, filho da professora Sebastiana dos Santos Pereira Braga e do político, líder sindical e marítimo, e jornalista Lourenço da Silva Braga. É advogado formado pela Universidade do Amazonas em 1974 e pós-graduado em Administração de Política Cultural pela Universidade de Brasília e Organização dos Estados Americanos-OEA, Museólogo e Professor universitário na área jurídica. Já exerceu diversos cargos públicos como Secretário de Estado do Gabinete do Vice-Governador, Chefe de Gabinete do Prefeito de Manaus, Diretor da Fundação Cultural do Amazonas, Presidente da Empresa Amazonense de Turismo, e Coordenador Regional da Amazônia da Fundação Joaquim Nabuco.

Membro de diversas instituições culturais no Estado, no País e no exterior, foi Presidente do

Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Secretário da União Brasileira de Escritores, fundador e primeiro Presidente da Academia Amazonense Maçônica de Letras. É Presidente da Academia Amazonense de Letras e membro do Conselho da Universidade do Amazonas, como representante das entidades culturais. Conferencista, principalmente sobre temas amazônicos, política cultural, turismo e desenvolvimento regional, é autor de inúmeros títulos e prefácios de obras de diversos autores, entre elas a 2ª edição da *"História do Amazonas"* do professor Arthur Cézar Ferreira Reis. É vereador à Câmara Municipal de Manaus, em seu segundo mandato, e Presidente Regional do Partido Republicano Progressista - PRP, tendo sido Presidente da Comissão de Constituição e Justiça por quatro anos, Relator Geral da Lei Orgânica de Manaus e autor de diversas leis de interesse público, e principalmente de toda a estrutura legal para defesa do patrimônio histórico da cidade.

**OBRAS DO AUTOR**

MANÁOS

1830 - 1834

Manaus, Amor &amp; Sofrimento

Fala Presidencial

Artigos de Jornal

Notícia Histórica de Humaitá

Manicoré

Itaquatiara

Benjamin Constant

Manacapuru

Algumas Reflexões Amazônicas

A Abolição da Escravatura no Amazonas

João Wilkens de Mattos

Joaquim Leovigildo de Souza Coelho

Instituto de Educação do Amazonas - 100 anos

Palácio Rio Negro

Washington Luís em Manaus

Floriano Peixoto em Manaus

Theodoreto Souto

J. J. Seabra em Manaus

Affonso Penna em Manaus

Manuel Nunes Pereira

Ruínas Notáveis

O Amazonas no Senado do Império

Raymundo Monteiro

Dom Frederico Costa

Ramayana de Chevalier, Paulo Eleuthério, Huascar de Figueiredo

Arthur César Ferreira Reis

MANÁOS

1849 - 1859

Lindalva Cruz

Seis Poesias e Ilustrações de Afrânio de Castro



Impresso na

**IMPrensa UNIVERSITÁRIA**

Av. Gal. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 - Aleixo

Bloco L - Mincampus - Campus Universitário

Fone (092) 644-1610 - 60.077-000 - Manaus - AM





## AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: [ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM](mailto:ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM)

Secretaria de  
**Estado de Cultura**



CENTRO CULTURAL DOS  
POVOS DA AMAZÔNIA